



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revista**f****s****a**

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 4, art. 4, p. 79-102, abr. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.4.4>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Análise do Tratamento Diferenciado do MEI na Previdência Social Brasileira

Analysis of the Differential Treatment of the MEI in the Brazilian Social Security System

Leticia Gabriely Nicoladelli

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Pato Branco

E-mail: leticianicoladelli@alunos.utfpr.edu.br

Bianca Strücker

Doutora em Direito – Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Santo Ângelo

Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Pato Branco

E-mail: biancastrucker@hotmail.com

Endereço: Leticia Gabriely Nicoladelli

Via do Conhecimento, s/n - KM 01 - Fraron, Pato Branco
- PR, 85503-390. Brasil.

Endereço: Bianca Strücker

Via do Conhecimento, s/n - KM 01 - Fraron, Pato Branco
- PR, 85503-390. Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 12/02/2026. Última versão recebida em 02/03/2026. Aprovado em 03/03/2026.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O presente trabalho analisa a relação entre o tratamento previdenciário diferenciado concedido ao Microempreendedor Individual (MEI) e a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no Brasil, entre 2008 e 2022. Parte-se do reconhecimento do MEI como política pública voltada à formalização de trabalhadores e à ampliação do acesso à seguridade social, examinando também críticas quanto à sua sustentabilidade fiscal. Ainda que não constitua o foco central, o estudo aborda o fenômeno da pejotização, caracterizado pelo uso indevido do MEI para mascarar relações de emprego e reduzir encargos trabalhistas. Metodologicamente, utiliza-se abordagem crítica e descritiva, com base em dados secundários provenientes de revisão bibliográfica, análise documental e informações oficiais. Os resultados indicam que o MEI gera inclusão previdenciária significativa, ampliando a base de segurados, porém sua contribuição reduzida e a alta inadimplência limitam seu impacto financeiro e contribuem para desequilíbrios no RGPS. Conclui-se que o regime simplificado atende parcialmente ao princípio da justiça fiscal: promove inclusão social relevante, mas transfere custos à coletividade que superam sua arrecadação efetiva. Assim, o modelo demanda revisão, sobretudo no que se refere ao financiamento, para garantir a sustentabilidade da previdência social brasileira.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual. Previdência Social. Regime Geral de Previdência Social. Tratamento Diferenciado. Pejotização.

ABSTRACT

The present work analyzes the relationship between the differentiated social security treatment granted to the Individual Microentrepreneur (MEI) and the collection of the General Social Security Regime (RGPS) in Brazil, between 2008 and 2022. It starts from the recognition of the MEI as a public policy aimed at the formalization of workers and the expansion of access to social security, also examining criticisms regarding its fiscal sustainability. Although it is not the central focus, the study addresses the phenomenon of pejotization, characterized by the misuse of the MEI to mask employment relations and reduce labor charges. Methodologically, a critical and descriptive approach is used, based on secondary data from literature review, document analysis and official information. The results indicate that the MEI generates significant social security inclusion, expanding the insured base, but its reduced contribution and high delinquency limit its financial impact and contribute to imbalances in the RGPS. It is concluded that the simplified regime partially meets the principle of fiscal justice: it promotes relevant social inclusion, but transfers costs to the community that exceed its effective collection. Thus, the model requires revision, especially with regard to financing, to ensure the sustainability of Brazilian social security.

Keywords: Individual Microentrepreneur. Social Security. General Social Security System. Differentiated Treatment. Pejotization.

1 INTRODUÇÃO

A criação do Microempreendedor Individual (MEI), instituído pela Lei Complementar nº 128/2008, representou um marco no processo de formalização da economia brasileira, ao oferecer um regime simplificado de tributação, registro e contribuição previdenciária para trabalhadores autônomos de baixa renda. O modelo buscou diminuir a informalidade, ampliar a proteção social e promover inclusão produtiva, possibilitando que milhões de trabalhadores tivessem acesso a direitos previdenciários antes inacessíveis (Morais et al., 2023; SEBRAE, 2023).

No entanto, a rápida expansão do MEI trouxe novos desafios ao financiamento da seguridade social. A alíquota reduzida de 5% sobre o salário mínimo, somada a tributos fixos de ICMS e ISS, gera uma arrecadação significativamente inferior a de outras categorias de contribuintes individuais. Pesquisadores, como Ansiliero e Costanzi (2024), e instituições, como Ipea, Spreve e CMAP (2022), têm reiterado que as fontes tradicionais de custeio da previdência vêm se mostrando insuficientes, sobretudo diante do envelhecimento populacional e do aumento das despesas obrigatórias.

Além disso, a pejetização — caracterizada pela substituição de vínculos empregatícios formais por relações contratadas via MEI — passou a impactar diretamente a arrecadação do RGPS (FGV, 2019; ICL Notícias, 2023). Esse deslocamento reduz a base contributiva e amplia a pressão fiscal sobre o regime.

Diante desse cenário, emerge a questão central desta pesquisa: de que maneira o tratamento diferenciado concedido ao MEI se relaciona com a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)? Para responder a essa pergunta, o estudo concentra-se exclusivamente na análise do regime MEI no âmbito do RGPS, considerando o período compreendido entre 2008 — ano de criação do modelo — e 2022, sem abranger outras modalidades de empreendedorismo, regimes previdenciários distintos ou impactos decorrentes de reformas posteriores. O objetivo geral consiste em analisar a relação entre o enquadramento previdenciário do MEI e a arrecadação do RGPS. Para isso, foram definidos como objetivos específicos: (i) apresentar a natureza jurídica do MEI; (ii) examinar os benefícios previdenciários concedidos a essa categoria no período delimitado; e (iii) analisar o comportamento da arrecadação do RGPS entre 2008 e 2022.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito, características e evolução histórica do microempreendedor brasileiro

A evolução do tratamento jurídico e social das micro e pequenas empresas no Brasil reflete esforços contínuos para reduzir a informalidade e fomentar o empreendedorismo mesmo em negócios de pequeno porte (SEBRAE, 2022). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 170 e 179, estabeleceu a necessidade de um tratamento diferenciado a essas empresas. No entanto, as primeiras iniciativas, como a Lei Complementar nº 9.317/1996 e a Lei nº 9.841/1999, enfrentaram limitações práticas devido à falta de alinhamento entre União, Estados e Municípios. Somente com a Lei Complementar nº 123/2006, que criou um Estatuto para ME e EPP e reformulou o Simples Nacional, houve maior integração tributária e estímulo à formalização, embora a informalidade ainda persistisse. A figura do MEI foi introduzida posteriormente pela Lei Complementar nº 128/2008, simplificando o registro de pequenos negócios e oferecendo benefícios tributários e previdenciários, além de facilitar o acesso a serviços bancários e crédito.

Segundo Sousa e Carvalho (2019), o empreendedorismo no Brasil ganhou força a partir da década de 1990, impulsionado principalmente pela abertura econômica do país. A estabilização da moeda, a redução das taxas de juros e controle da inflação também contribuíram para atrair investimentos internos e externos, criando um ambiente mais favorável à atividade empreendedora. Com a chegada de novos investimentos e a concorrência com produtos importados, as empresas brasileiras precisaram se reinventar, o que resultou em um aumento significativo na criação de novos negócios.

O Microempreendedor Individual (MEI), conforme dados atuais disponíveis no SEBRAE, apresenta diversas características que o diferenciam de outros enquadramentos empresariais. É destinado a empreendedores com renda anual de até R\$ 81.000,00 e deve exercer atividades constantes em uma lista específica definida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Essa limitação de atividades é uma das principais restrições do regime, uma vez que determinados profissionais liberais — como médicos, advogados e contadores — não podem aderir à categoria. Ainda que existam projetos de lei em tramitação buscando ampliar essas possibilidades, como o Projeto de Lei Complementar n.º 71/2024¹,

¹ O projeto de lei propõe alterar a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para expandir as possibilidades de enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), permitindo a inclusão de atividades intelectuais regulamentadas por conselhos de classe e eliminando a lista específica de ocupações do CNAE para MEIs.

que pretende incluir novas atividades no rol permitido, o enquadramento do MEI permanece restrito a ocupações de pequeno porte e caráter autônomo (BRASIL, 2024).

Uma das principais vantagens do MEI é a simplificação tributária. Os tributos são recolhidos em valor fixo mensal por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que engloba contribuições ao INSS e, conforme o tipo de atividade, ISS (Imposto Sobre Serviços) ou ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Além disso, há isenção dos tributos federais, como IRPJ, PIS, COFINS, IPI e CSLL. O MEI também pode empregar um funcionário e tem acesso a benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade, auxílio-doença e salário-maternidade.

Apesar dos avanços, a informalidade permanece um problema estrutural. Segundo Santos e Marcelinho (2022), ela precariza direitos trabalhistas e previdenciários e dificulta o controle fiscal. Em 2022, 39,4% da população ocupada estava em situação informal (IBGE, 2022), demonstrando a persistência do desafio. Nesse cenário, a formalização via MEI constitui alternativa estratégica, ao simplificar o registro, ampliar o acesso a crédito e fortalecer a proteção jurídica e previdenciária, contribuindo também para a arrecadação estatal (SEBRAE, 2023).

2.2 A trajetória histórica da legislação previdenciária aplicável ao MEI

A previdência social é um direito fundamental assegurado pelo art. 6º da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), sobre os Direitos e Garantias Fundamentais. Sua principal finalidade é cobrir os riscos associados a eventual incapacidade laborativa e fornecer renda em idades avançadas, permitindo que os segurados tenham sua renda suavizada, com distribuição da capacidade de consumo ao longo da vida (Ansiliero et al, 2023). A Seguridade Social é financiada² de forma tripartite – por empregadores, trabalhadores e outras fontes – e, de modo geral, as empresas contribuem com 20% sobre a folha de salários (Brasil, 1988; Brasil, 1991).

2 O financiamento da Seguridade Social, previsto no art. 195 da Constituição Federal, impõe a toda a sociedade a responsabilidade pelo seu custeio, de forma direta e indireta, com recursos provenientes dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como de contribuições sociais. O sistema, embora contributivo, permite a participação do Poder Público para suprir insuficiências. O orçamento da Seguridade Social é autônomo e tem receita própria, não se confundindo com a receita do Tesouro Nacional e sendo destinada exclusivamente às prestações de Saúde Pública, Previdência Social e Assistência Social, em conformidade com a LDO. A gestão dos recursos é descentralizada por área. A Constituição (art. 154, I) permite a criação de outras fontes de custeio por lei complementar, vedando a criação ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de financiamento (Agostinho, 2020).

No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o contribuinte individual – que exerce atividade remunerada sem vínculo empregatício – deve recolher, em regra, 20% sobre o salário de contribuição (Agostinho, 2020). A Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022 confirma essa definição e inclui o MEI como contribuinte individual, com alíquota reduzida de 5% sobre o salário mínimo (Brasil, 2022). Já os trabalhadores celetistas contribuem com alíquotas progressivas entre 7,5% e 14% (Brasil, 2019).

Para ampliar a formalização e facilitar o acesso ao sistema, foi criado o plano simplificado, que prevê contribuição de 11% sobre o salário mínimo para contribuintes individuais e segurados facultativos, garantindo benefícios limitados a um salário mínimo (INSS, 2022; Brasil, 2022). Tanto o plano simplificado quanto o regime do MEI atuam como mecanismos de inclusão previdenciária, ainda que com cobertura reduzida.

Nesse contexto, o MEI, representa uma forma ainda mais específica de simplificação, voltada à formalização de pequenos negócios e ao tratamento tributário diferenciado. Desde sua criação, a legislação previdenciária aplicável a ele fixou contribuição inferior à do plano simplificado, estabelecendo a alíquota de apenas 5% sobre o salário mínimo (Brasil, 2022).

Já para aqueles que desejam uma renda de aposentadoria superior ao salário mínimo, a legislação faculta ao MEI complementar sua contribuição com mais 15% sobre o salário de contribuição, totalizando os 20% praticados por outros contribuintes individuais, o que lhe permite acessar todas as modalidades de aposentadoria (até a extinção da APTC em 2019).

Em suma, a trajetória da legislação previdenciária do MEI demonstra uma progressiva adaptação para facilitar a formalização e garantir a inclusão previdenciária de pequenos empreendedores, através de uma alíquota de contribuição reduzida e de um sistema de recolhimento simplificado, mantendo a possibilidade de ampliar a proteção previdenciária por meio de uma contribuição complementar.

2.3 A relação entre o tratamento diferenciado do MEI no regime geral de Previdência Social (RGPS)

A contribuição previdenciária do Microempreendedor Individual (MEI) é fixada em um percentual de 5% sobre o salário mínimo, muito inferior ao aplicado a trabalhadores em geral, cujas alíquotas variam entre 11% e 20%. Essa discrepância configura um desafio significativo para o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário, uma vez que o elevado faturamento permitido ao MEI, que pode chegar a R\$ 81 mil, pode beneficiar indevidamente aqueles com maior capacidade contributiva (Costanzi, 2018), comprometendo a sustentabilidade a longo prazo.

Apesar de o MEI ter direito apenas à aposentadoria por idade — cuja exigência mínima, além da idade, é de 15 anos de contribuição para mulheres e 20 para homens, conforme a EC n. 103/2019 — o contribuinte que atuou anteriormente como CLT pode considerar ambos os períodos para a contagem de tempo, desde que se enquadre em uma regra de transição favorável. Para tanto, é necessário recolher um complemento de 15% sobre o salário mínimo vigente, utilizando o código de Guia da Previdência Social (GPS) 1910 (Butignon, 2021, p. 49). É importante ressaltar que a concessão desses benefícios está condicionada ao cumprimento do período de carência³ exigido pela legislação previdenciária.

O financiamento da Seguridade Social, de caráter contributivo e previsto no art. 195 da Constituição, depende da participação de toda a sociedade (Agostinho, 2020). Nesse contexto, a literatura aponta preocupação crescente com a insuficiência das contribuições do MEI para custear seus benefícios. Estudos, tais como os de Ansiliero et al. (2024), Costanzi (2018) e Correia e Chagas (2018), evidenciam que a alíquota reduzida gera subsídio previdenciário relevante, comprometendo a sustentabilidade atuarial do sistema.⁴

O tratamento diferenciado do MEI, embora essencial para combater a informalidade e fomentar o empreendedorismo, deve ser constantemente avaliado para garantir que não comprometa o equilíbrio atuarial da previdência, que é sustentado pelo princípio da solidariedade (Costanzi, 2018). Esse princípio estabelece que os trabalhadores ativos contribuem para financiar os benefícios dos aposentados e demais segurados, conforme dispõe o artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019. A pesquisa de Costanzi (2018) aponta que a previdência social, apesar de seu arcabouço legal, tem sido alvo de decisões políticas de curto prazo que, somadas ao envelhecimento populacional e a regras inadequadas (como a ausência de idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição no RGPS), comprometem a sustentabilidade do sistema.

Por isso, o princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial é essencial para a sustentabilidade da previdência social, mas sua aplicação no Brasil tem sido fragilizada por

3 O período de carência para os segurados do RGPS, incluindo o MEI, é estabelecido na Seção II da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dentre os principais, destacam-se: 12 contribuições mensais para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; 10 contribuições mensais para salário-maternidade (para seguradas especiais, não há carência); e 24 contribuições mensais para aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial. Para pensão por morte e auxílio-reclusão, não há carência, mas exige-se um mínimo de 18 contribuições mensais e 2 anos de casamento ou união estável para cônjuge/companheiro(a) para ter direito à pensão vitalícia.

4 Ressalva-se, que neste trabalho aborda-se os impactos do MEI para o RGPS, mas que outros fatores podem impactar sua sustentabilidade, como mudança no número de nascimentos, envelhecimento da população, desonerações para setores, regras generosas para determinados grupos, sonegação, plataformaização do mercado de trabalho, dentre outros.

medidas de curto prazo, como o regime do MEI, cujas contribuições reduzidas foram adotadas sem adequada análise de impacto sobre o RGPS (Costanzi, 2018). A formulação de políticas previdenciárias e de inclusão produtiva exige avaliação cuidadosa de seus efeitos imediatos e externos, considerando a complexa interação entre variáveis econômicas, sociais e demográficas que influenciam a solvência do sistema. A resistência política a ajustes estruturais evidencia a dificuldade de equilibrar demandas sociais presentes com a preservação do regime para as futuras gerações, de modo que a sustentabilidade previdenciária depende de planejamento de longo prazo, coordenação institucional e compromisso efetivo com a responsabilidade fiscal (Costanzi, 2018).

3 METODOLOGIA

O estudo adota uma lógica dedutiva e caracteriza-se como pesquisa descritiva, de natureza bibliográfica e documental. A análise combina abordagem qualitativa — predominante na interpretação das normas, estudos e fenômenos relacionados ao Microempendedor Individual (MEI) — com elementos quantitativos presentes nos dados de arrecadação e concessão de benefícios do RGPS. As fontes utilizadas incluem legislação específica, relatórios técnicos, artigos científicos, bases estatísticas do IBGE, INSS e Simples Nacional, além de estudos produzidos por instituições, como SEBRAE, IPEA e FGV.

A metodologia fundamenta-se na análise documental, que permite reconstruir a evolução jurídica e histórica do regime MEI, articulada à revisão bibliográfica, que fornece o suporte teórico necessário. Para a seleção das fontes, foram consultadas plataformas acadêmicas, como SciELO, Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES, utilizando palavras-chave relacionadas ao MEI e à seguridade social. A integração das abordagens qualitativa e quantitativa possibilita compreender os principais impactos jurídicos e financeiros do regime MEI sobre o RGPS no período de 2008 a 2022.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

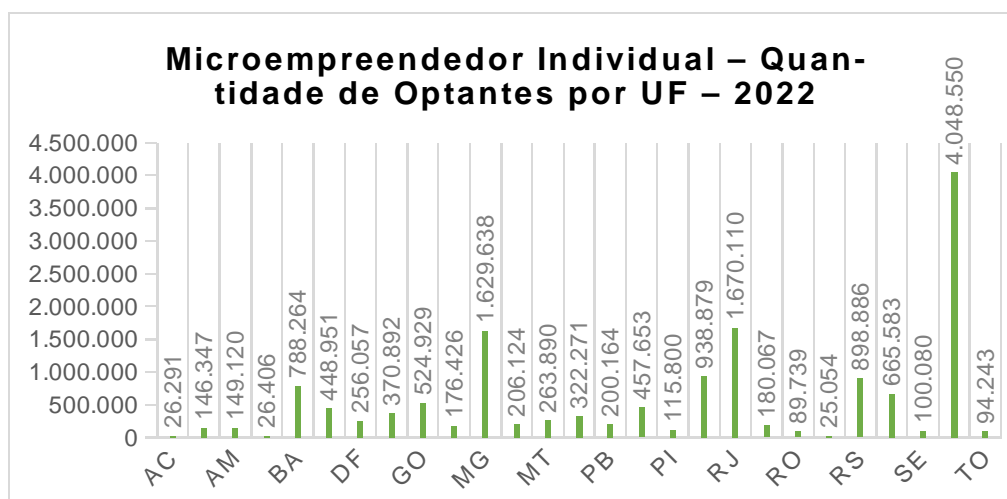
4.1 O microempendedor individual (MEI)

Desde a promulgação da Lei Complementar nº 128/2008, o Microempendedor Individual (MEI) consolidou-se como uma ferramenta crucial para a formalização e inclusão

social no Brasil (Morais et al., 2023). Destinado a integrar trabalhadores informais, que historicamente careciam de direitos trabalhistas e acesso à previdência social, o MEI criou um regime simplificado de tributação e contribuição, permitindo o acesso a benefícios como aposentadoria por idade, auxílio-doença e pensão por morte, ao mesmo tempo em que estimulava o empreendedorismo de pequeno porte e fortalecia a economia local (SEBRAE, 2023).

A inscrição no MEI foi projetada para ser desburocratizada e de baixo custo, facilitando a formalização de autônomos e pequenos empreendedores (Costanzi, 2018). Esse mecanismo contribuiu de forma expressiva para ampliar a inclusão previdenciária entre trabalhadores autônomos, uma parcela significativa da força de trabalho no país (Garcez, 2018). Em 2022, o portal do Simples Nacional registrava 14.820.414 (Quatorze milhões oitocentos e vinte mil e quatrocentos e quatorze) empresas ativas optantes pelo regime MEI, das quais 78% utilizam essa atividade como principal fonte de renda (SEBRAE, 2023). Esses números evidenciam a relevância social e econômica do MEI, reforçando a necessidade de compreender detalhadamente sua dinâmica jurídica e previdenciária.

Gráfico 1 – Quantidade de MEIs por UF 2022



Fonte: Adaptado de Estatísticas Simples Nacional (2025)

O gráfico 1 apresenta a distribuição de Microempreendedores Individuais (MEIs) por Unidade Federativa (UF) em 2022, revelando diferenças significativas na concentração regional. Observa-se que os estados do Sudeste e do Sul concentram a maior parcela de MEIs: São Paulo lidera com 4.048.550 optantes, representando cerca de 27% do total nacional, seguido por Minas Gerais (1.629.638; 11%) e Rio de Janeiro (1.670.110; 11,3%). Juntos,

esses três estados respondem por quase 50% de todos os MEIs. No Sul: Paraná (938.879; 6,4%), Rio Grande do Sul (898.886; 6,1%) e Santa Catarina (665.583; 4,5%) somam aproximadamente 17% do total. As regiões Norte e Nordeste apresentam menor concentração relativa: estados como Roraima (25.054; 0,17%), Amapá (26.406; 0,18%) e Acre (26.291; 0,18%) figuram entre os menos representativos.

Essa distribuição evidencia que a formalização via MEI é mais intensa em regiões economicamente mais desenvolvidas, refletindo disparidades econômicas e oportunidades de empreendedorismo entre as diferentes regiões do Brasil. No total, o país contava com 14.820.414 MEIs ativos em 2022, evidenciando a expressiva adesão ao regime e sua relevância para a inclusão social e previdenciária de trabalhadores autônomos em todas as regiões.

4.2 O regime geral de previdência social (RGPS)

O Microempreendedor Individual (MEI) foi criado como um instrumento de inclusão social e previdenciária; porém sua contribuição fixada em apenas 5% sobre o salário mínimo, mostra-se insuficiente para financiar benefícios futuros, como aposentadorias e pensões por morte (Costanzi e Sidone, 2022; Ipea, Sprey e CMAP, 2022). Essa baixa alíquota de arrecadação gera uma preocupação quanto à sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pois a contribuição é desproporcional aos direitos assegurados.

Ansiliero e Costanzi (2024; 2022) apontam que o equilíbrio atuarial da previdência requer alíquotas muito superiores às atualmente praticadas. Suas estimativas variam entre 24% e 35% da massa salarial, indicando que a expansão do MEI — grupo numeroso, mas de baixa arrecadação — tende a agravar o desequilíbrio financeiro do sistema.

A disparidade contributiva do MEI pode ser mais bem compreendida ao analisar dois principais cenários de aposentadoria com base no salário mínimo de 2022 (R\$ 1.212,00⁵): O MEI⁶ que opta pela contribuição mínima (aproximadamente R\$ 66,60⁷ em 2022, incluindo 5% de INSS, R\$ 1,00 de ICMS e R\$ 5,00 de ISS), garante o direito à Aposentadoria por Idade, mas com o valor do benefício permanentemente limitado a um salário mínimo.

5 Esclarece-se que não se trata de uma correção proporcional entre os valores de contribuição e os valores de aposentadoria. O ajuste a ser realizado consiste, propriamente, em um aumento dos valores, aplicados de forma proporcional tanto às contribuições quanto às aposentadorias.

6 É importante ressaltar que não foi considerado MEI caminhoneiro para a pesquisa.

7 Ressaltando que a base do cálculo o salário mínimo tem o valor atualizado todo ano, então o cálculo não será exato, mas apenas uma estimativa do que o contribuinte irá pagar.

Considerando-se que a idade mínima para se aposentar é de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, e que o tempo mínimo de contribuição (carência) é de 15 e 20⁸ anos respectivamente, o cálculo do custo total de contribuições para o tempo mínimo de carência é realizado pela multiplicação do valor mensal pago (R\$ 66,60) pelo número de meses de contribuição exigidos:

- 15 anos (180 meses): $R\$66,60 \times 180 \text{ meses} = R\$11.988,00$;
- 20 anos (240 meses): $R\$66,60 \times 240 \text{ meses} = R\$15.984,00$.

O custo financeiro acumulado é relativamente baixo, porém, os direitos previdenciários restringem-se à Aposentadoria por Idade e a outros benefícios (como Auxílio-Doença, Salário-Maternidade e Pensão por Morte) no valor de um salário mínimo. O MEI nesta alíquota não tem acesso à Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Após a reforma, para garantir acesso à aposentadoria por tempo de Contribuição (pelas regras de transição) e buscar um benefício de valor superior ao salário mínimo, o MEI deve complementar sua alíquota de 5% ⁹para 20% (ou sobre um valor maior, limitado ao Teto do INSS), por meio de Guia da Previdência Social (GPS). Com a complementação, o valor total pago sobre o salário mínimo passa a R\$ 242,40¹⁰, seguindo a regra geral do RGPS, na qual o benefício é calculado pela média dos salários de contribuição desde julho de 1994 (Salário de Benefício). Sobre essa média, aplica-se a seguinte fórmula para determinar a Renda Mensal Inicial (RMI):

- a) Valor da Aposentadoria = Média Salarial \times (60% + 2%¹¹ por ano extra de contribuição). Exemplo: Um homem se aposenta com 25 anos de contribuição:
- b) Anos de Contribuição Excedentes: 25 anos – 20 anos = 5 anos;
- c) Alíquota Aplicável: 60% + (5 anos \times 2%) = 70%;
- d) Valor do Benefício: 70% da média de todos os salários de contribuição.

Nesse caso, o custo mensal de contribuição é significativamente maior (mínimo de R\$ 242,40), mas confere o direito a um benefício potencialmente superior ao Salário Mínimo e permite o acesso à Aposentadoria por Tempo de Contribuição (regra de transição), desde que cumpridos os requisitos de carência e idade específicos.

8 O tempo de 20 anos se aplica a homens que ingressaram no RGPS após a Reforma da Previdência (13/11/2019).

9 Recentemente, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei Complementar nº 60/2025, que propõe elevar o limite de enquadramento do MEI para R\$ 140 mil anuais e criar a categoria “Super MEI”, com alíquota de 8% sobre o salário mínimo para quem fatura entre R\$ 81 mil e R\$ 140 mil, mantendo 5% para os demais. (Fonte: Agência Senado, 2025).

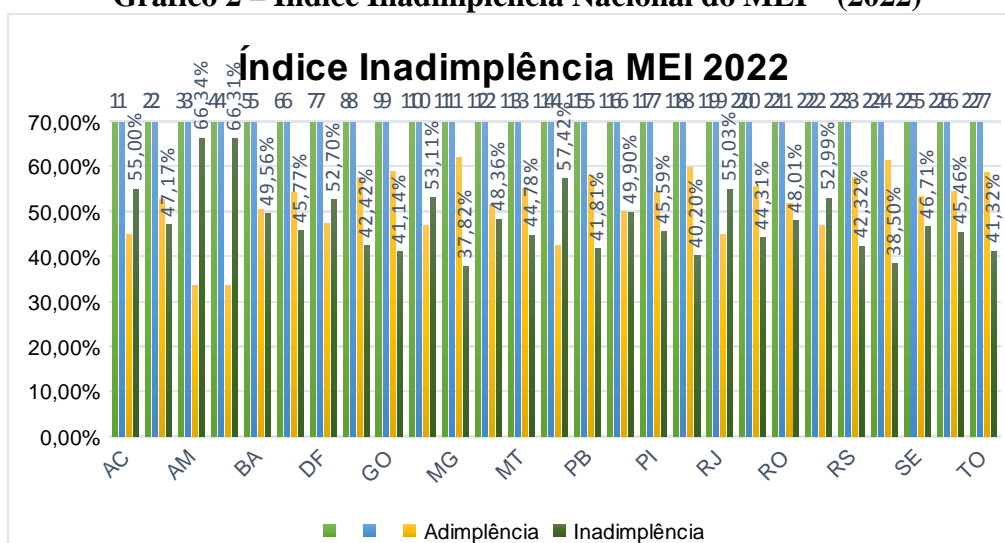
10 Salário Mínimo de 2022, pois a delimitação da pesquisa é entre os anos de 2008 e 2022.

11 Os 2% adicionais são aplicados para cada ano de contribuição que exceder 15 anos (para mulheres) ou 20 anos (para homens).

Outra preocupação latente na literatura é a má focalização do regime e o fenômeno da "pejotização"¹². Embora o regime tenha sido criado para trabalhadores de baixa renda e do setor informal, estudos mostram que vem sendo utilizado por indivíduos com maior capacidade contributiva que buscam reduzir encargos previdenciários e tributários (Costanzi, 2018; Ansiliero, Costanzi e Cifuentes, 2024). Esse movimento — seja pela migração de trabalhadores formais para o MEI, seja pela substituição de empregados por MEIs — compromete o financiamento da Previdência, pois contribuições mais altas são substituídas por valores mínimos (Ansiliero, Costanzi e Fernandes, 2020; Costanzi e Magalhães, 2023; Cavalcante et al., 2020). Assim, a pejotização tende a reduzir significativamente a arrecadação do INSS, dado que a contribuição do MEI é muito inferior à de um empregado celetista ou de outros contribuintes individuais.

Os dados apresentados por Moraes et al. (2023) são particularmente reveladores: entre 2018 e 2022, mais de 2,2 milhões de MEIs declararam não ter faturamento, sugerindo que muitos utilizam o regime puramente para fins de cobertura previdenciária. A pesquisa estima que a contratação convencional desses trabalhadores geraria um aumento de arrecadação de até 600% em comparação com a contribuição do MEI, podendo injetar até R\$ 1,7 bilhão anualmente e reduzir o déficit primário da previdência em cerca de R\$ 6,47 bilhões por ano. Isso demonstra a perda significativa de receita para o RGPS decorrente do modelo atual. Cavalcante et al. (2020) também constataram uma redução na arrecadação real do RGPS, um aumento no número de MEIs e uma alta inadimplência, questionando a coerência entre o limite de faturamento anual do MEI e sua contribuição subsidiada. Em consonância com essa informação, as estatísticas do portal do Simples Nacional demonstram que, em 2022, das 14.820.414 empresas optantes pelo MEI, 45,73% estavam inadimplentes com sua contribuição mensal.

12 Pejotização é a prática de formalizar a contratação de um trabalhador como Pessoa Jurídica (PJ), em vez de como empregado formal, com o objetivo de reduzir custos com encargos trabalhistas.

Gráfico 2 – Índice Inadimplência Nacional do MEI¹³ (2022)

Com base nos dados apresentados no gráfico 1, a análise da adimplência e inadimplência dos Microempreendedores Individuais (MEIs) por estado revela uma significativa dificuldade na regularização das obrigações, com a inadimplência variando entre 37% e 66%. Em média, a proporção nacional parece oscilar entre 45% e 50%, indicando que quase metade dos MEIs enfrenta desafios para manter os pagamentos em dia. Essa situação reflete uma desigualdade regional acentuada: os estados do Norte, como Amazonas (AM) e Amapá (AP), registram os maiores índices de inadimplência, ambos com 66,3%, seguidos por Paraíba (PB) e Rio de Janeiro (RJ) com mais de 55%, sugerindo riscos e desafios econômicos mais severos nessas localidades.

Em contraste, os estados do Sul e Sudeste demonstram um desempenho mais favorável. Minas Gerais (MG) e Santa Catarina (SC) apresentam os menores índices, com 37,8% e 38,5% de inadimplência, respectivamente, seguidos por outros estados dessas regiões (RS, SP). Essa concentração de maior adimplência aponta para condições econômicas ou suporte institucional mais favoráveis nesses locais. Dada a alta e dispersa taxa de inadimplência, sugere-se que políticas de incentivo à regularização e apoio financeiro sejam implementadas de forma mais focalizada nos estados com maior inadimplência, visando mitigar a desigualdade regional na capacidade de pagamento dos MEIs.

13 Nota Metodológica: O Índice de Inadimplência (barras escuras) foi calculado com base no número total de Microempreendedores Individuais (MEIs) que não efetuaram o pagamento de nenhuma das 12 guias DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) devidas no ano de 2022, dividido pelo total de MEIs ativos no respectivo estado. O Índice de Adimplência (barras claras) representa o complemento percentual (100% - Inadimplência).

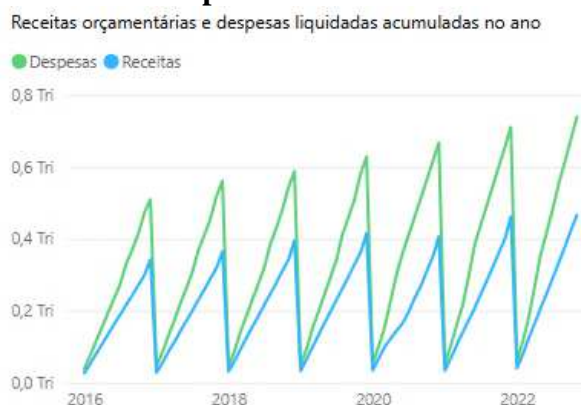
4.3 A relação entre MEI e RGPS

A disparidade contributiva do MEI em relação ao RGPS torna-se evidente quando analisados seus direitos previdenciários, especialmente no que diz respeito à aposentadoria. O MEI, ao optar pela contribuição mínima — equivalente a 5% do salário mínimo, acrescida de tributos fixos, tem acesso a benefícios previdenciários básicos, como a aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte, todos limitados ao valor de um salário mínimo, o que evidencia a natureza restrita dessa modalidade contributiva.

Conforme os cálculos apresentados anteriormente, a contribuição total do MEI é relativamente baixa: entre R\$ 11 e 16 mil, considerando a idade mínima para aposentadoria, lembrando não se tratar de uma estimativa exata. Contudo, o MEI que permanece nessa alíquota reduzida não pode acessar a aposentadoria por tempo de contribuição e continua limitado a benefícios mínimos, já que não tem cálculo baseado na média salarial.

Embora o MEI tenha ampliado a formalização e o acesso à previdência, sua contribuição para a arrecadação do RGPS permanece pequena, em grande parte devido ao alto índice de inadimplência (Garcez, 2018) e pelo valor reduzido da contribuição mínima, insuficiente para financiar os benefícios em longo prazo. Esse cenário, somado ao envelhecimento populacional e à menor adesão de jovens trabalhadores, compromete a solidariedade intergeracional. Estudos recentes reforçam o desequilíbrio: a FGV (2025) estima um déficit atuarial de R\$ 711 bilhões ligado ao MEI, e dados do Ministério da Previdência indicam que, entre 2016 e 2022, as despesas superaram as receitas de forma contínua.

O Ministério da Previdência Social, por sua vez, corrobora esse desequilíbrio, revelando por meio do gráfico 2 (referente a 2016 a 2022) um padrão consistente, no qual as despesas (linha verde) superaram as receitas (linha azul) em todos os anos. Esse padrão de "déficit contínuo" reflete a informação textual de que o RGPS tem operado com desequilíbrio, gastando mais do que foi arrecado ao longo do período analisado.

Gráfico 3 – Receitas e despesas acumuladas¹⁴ no ano de 2016 a 2022

Fonte: Ministério da Previdência Social (2025)

Em um segundo conjunto de gráficos, ainda do Ministério da Previdência Social, que apresenta dados da situação financeira por tipo de regime previdenciário do ano de 2021, o panorama do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) se torna visualmente claro. O gráfico 4 destaca um déficit substancial de -R\$ 248,44 bilhões para o RGPS (2021), confirmando a magnitude do desequilíbrio estrutural desse regime específico. Esse resultado alarmante é crucial, pois, apesar do déficit também presente no RPPS (-R\$ 50,43 Bi) e, em situação idem, no Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA) (-R\$ 45,67 Bi), o RGPS é o regime que concentra a maior fatia do rombo e a grande maioria dos segurados.

Gráfico 4 – Resultado Previdenciário (2021)

Fonte: Ministério da Previdência Social (2025)

A origem desse resultado negativo é explicitada pelos demais gráficos. O gráfico de "Receita Orçamentária" mostra que, em 2021, o RGPS arrecadou R\$ 461,90 bilhões. Em contrapartida, o gráfico de "Despesas Liquidadas" revela que o volume de recursos desembolsados pelo RGPS atingiu R\$ 710,34 bilhões. Evidenciando que, embora o RGPS seja de longe o regime com maior volume de arrecadação, ele também é o que mais gasta,

14 Receita acumulada é o total de dinheiro arrecadado durante um período específico, enquanto despesa acumulada é a soma de todos os gastos realizados nesse mesmo intervalo.

explicitando visualmente que sua receita cobre apenas cerca de 65% de suas despesas, materializando a lacuna financeira mencionada no texto.

Além da projeção de custos entre R\$ 464,7 bilhões e R\$ 608 bilhões até 2060, decorrentes da aposentadoria dos beneficiários do MEI (IPEA, 2018), a estimativa mais recente da FGV (2025), que aponta um déficit atuarial de R\$ 711 bilhões, reforça a urgência de reavaliação dessa política pública.

Gráfico 5 – Receita Orçamentária e Despesas liquidadas (2021)



Fonte: Ministério da Previdência Social (2025)

Esse desequilíbrio no sistema previdenciário se torna evidente ao se confrontar a expectativa de vida com o tempo de financiamento dos benefícios pelo INSS. Em 2022, a expectativa de vida no Brasil era de 72,1 anos para homens e 78,8 anos para mulheres. Com a reforma da previdência, a aposentadoria por idade passou a exigir, no mínimo, o cumprimento de um tempo de contribuição e de uma idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Ao considerar essas regras e o tempo de contribuição atingido de 20 anos (homens) e 15 anos (mulheres), o período médio em que o aposentado recebe benefícios é de aproximadamente 7,1 anos para homens (entre 65 e 72,1 anos) e 16,8 anos para mulheres (entre 62 e 78,8 anos). Esse cenário resulta em um tempo médio de financiamento pelo INSS de cerca de 11,95 anos. Com base no salário mínimo de 2022 (R\$ 1.212,00), o valor total (bruto) que o INSS desembolsa por aposentado, em média, durante esse período de recebimento, é de aproximadamente R\$ 188.284,20 (Valor Desembolsado Total (média) = Salário Mínimo \times 12 meses + décimo terceiro salário \times 11,95 anos).

Nesse contexto, enquanto o INSS desembolsa, em média, mais de R\$ 188 mil por aposentado ao longo do período de benefício, a contribuição total do MEI ao longo de 15 anos de atividade somaria aproximadamente R\$ 11.988,00, e, em 20 anos, cerca de R\$ 15.984,00 — montantes muito inferiores ao valor médio pago em benefícios. Essa comparação evidencia o desequilíbrio atuarial entre o que é arrecadado e o que é desembolsado, especialmente quando o ingresso no sistema ocorre por meio de alíquotas subsidiadas.

Os cálculos demonstram uma forte assimetria entre o quanto o MEI contribui e o que recebe em benefícios, revelando a insuficiência atuarial do modelo. Como a contribuição ocorre sobre valores muito baixos e por apenas 15 ou 20 anos, o segurado tende a receber benefícios por período muito superior ao de suas contribuições, ampliando o desequilíbrio do RGPS.

Além das questões fiscais, o regime do MEI enfrenta críticas crescentes relacionadas ao fenômeno da "pejotização", no qual empresas utilizam o enquadramento como Microempreendedor Individual para disfarçar vínculos empregatícios formais, transferindo obrigações trabalhistas e previdenciárias aos trabalhadores, que passam a contribuir com alíquotas significativamente inferiores às previstas no regime celetista. Essa prática, considerada uma forma de fraude trabalhista, compromete a sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ao reduzir a arrecadação sem a correspondente redução nos direitos aos benefícios.

A literatura especializada aponta, de forma quase unânime, a necessidade urgente de reavaliar e aprimorar a política do MEI, sugerindo medidas, como a revisão dos critérios de acesso, o aumento progressivo da alíquota previdenciária, a imposição de encargos para empresas que contratem MEIs de forma recorrente e a intensificação da fiscalização para coibir abusos (Ansiliero, Costanzi e Cifuentes, 2024). É vital evitar confundir vínculo de emprego com a figura do MEI, pois essa distorção prejudica os direitos dos trabalhadores.

Nesse cenário, é fundamental que os regimes contributivos simplificados sejam direcionados apenas a quem realmente necessita, promovendo uma inclusão previdenciária pautada pela justiça social, mas também pelo equilíbrio financeiro (Ansiliero et al., 2023).

Além disso, despesas adicionais, como benefícios por incapacidade antes do tempo mínimo de contribuição, aumentam ainda mais o custo do sistema, embora haja alguma compensação advinda de aposentados que continuam trabalhando e contribuindo para o INSS¹⁵.

Segundo projeções do IPEA (2018), essa defasagem poderá acarretar um impacto fiscal acumulado superior a R\$ 600 bilhões até 2060, agravando o déficit estrutural já existente no RGPS — que, em 2021, apresentou um rombo de R\$ 248,44 bilhões. Como argumentam Ansiliero, Costanzi e Cifuentes (2024), não se trata de abandonar o modelo, mas

15 O STF fixou que, no âmbito do regime geral de previdência social, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo previsão legal para desaposentação ou reaposentação. Beneficiados anteriormente à decisão não serão atingidos, respeitando a segurança jurídica.

de ajustá-lo: considerando que esse modelo está em vigor desde 2009, a continuidade do MEI como instrumento de inclusão social requer uma reconfiguração urgente de suas bases contributivas, alinhando melhor os custos com os benefícios gerados, de forma proporcional e sustentável.

Essa reavaliação pressupõe a ampliação da progressividade das alíquotas, a responsabilização de contratantes em casos de uso indevido e o reforço dos mecanismos de fiscalização e focalização. O tratamento diferenciado deve ser mantido apenas em situações estritamente justificadas pelo propósito de inclusão e formalização, evitando-se seu alargamento como tendência generalizada, que poderia comprometer a equidade e a sustentabilidade do sistema. Somente assim será possível preservar o princípio da justiça distributiva, sem renunciar à responsabilidade fiscal necessária à perenidade do RGPS enquanto pilar da proteção social no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a relação entre o tratamento diferenciado concedido ao Microempreendedor Individual (MEI) e a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no período de 2008 a 2022. De natureza descritiva e abordagem crítica, buscou ir além do reconhecimento do MEI como um simples instrumento de fomento ao empreendedorismo, examinando as implicações de seu modelo contributivo simplificado para a sustentabilidade financeira e atuarial do sistema previdenciário brasileiro.

A investigação permitiu compreender que o MEI se consolidou como um marco nas políticas públicas de inclusão produtiva e formalização de trabalhadores historicamente excluídos da seguridade social. Sua instituição ampliou a base de contribuintes e democratizou o acesso à previdência, desempenhando papel relevante na redução da informalidade e na promoção da cidadania econômica.

Diante dessa perspectiva, a pesquisa orientou-se pela seguinte questão central: de que maneira o tratamento diferenciado concedido ao microempreendedor individual no âmbito da previdência social se relaciona com a arrecadação do RGPS?

Com o propósito de responder a essa questão, o estudo demonstrou, inicialmente, a natureza jurídica do MEI e seu papel estratégico na formalização de pequenos empreendedores, seguido da análise dos benefícios previdenciários concedidos entre 2008 e 2022 e da evolução da arrecadação do RGPS no mesmo período. Esses elementos permitiram

avaliar de que forma a crescente adesão ao regime simplificado impacta tanto a cobertura social quanto a sustentabilidade financeira do sistema.

Os resultados indicam que, embora o MEI tenha ampliado significativamente a inclusão previdenciária, o modelo também introduziu desequilíbrios estruturais relevantes. A alíquota reduzida dele, não acompanha o custo futuro dos benefícios, produzindo uma assimetria marcante entre o valor médio contribuído — entre R\$ 11 mil e R\$ 16 mil em 15 a 20 anos — e o gasto aproximado de R\$ 188 mil por aposentado. Esses dados reforçam o subfinanciamento do regime e a necessidade de readequar suas bases contributivas.

O tratamento diferenciado, embora justificável pelo viés de inclusão social, compromete parcialmente o princípio da justiça fiscal, sobretudo quando sua expansão ocorre sem ajustes proporcionais. A pejetização e a má focalização agravam o problema, deslocando trabalhadores que deveriam permanecer no regime geral para um modelo menos contributivo, o que reduz a arrecadação e distorce o público-alvo da política.

Somam-se a isso as transformações do mercado de trabalho e a crescente desconfiança dos jovens quanto à viabilidade do sistema previdenciário, fatores que evidenciam a urgência de atualizar o financiamento da seguridade diante da plataformização, automação e novas formas de trabalho. Nesse contexto, o MEI se torna um caso emblemático das tensões entre inclusão, competitividade econômica e sustentabilidade fiscal.

Conclui-se, portanto, que o tratamento previdenciário do MEI atende apenas parcialmente ao princípio da justiça fiscal: embora cumpra função essencial de inclusão e ampliação da cobertura, requer ajustes estruturais para garantir equilíbrio atuarial e maior equidade contributiva. Reformas futuras devem priorizar maior progressividade das alíquotas, responsabilização de contratantes em casos de uso indevido e fortalecimento da fiscalização, garantindo que o regime permaneça inclusivo, mas financeiramente sustentável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Senado. **‘Super MEI’, com receita anual de R\$ 140 mil, é aprovado pela CAS.** *Senado Notícias*, 22 out. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/22/2018super-mei2019-com-receita-anual-de-r-140-mil-e-aprovado-pela-cas>. Acesso em: 30 out. 2025.

AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de Direito Previdenciário** – 3. ed. 2024. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p. 45, 59, 173. ISBN 9788553620135. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620135/> Acesso em: 27 abr. 2025.

ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine. **Considerações complementares sobre o financiamento da previdência social no Brasil:** Estimativas de alíquotas

necessárias e impactos do Microempreendedor Individual (MEI). Texto para Discussão, No. 3001, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2024. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/299206/1/td3001.pdf> Acesso em: 19 jan. 2025.

ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine. **Estimativas Para o Custeio da Previdência Social no Brasil:** Notas Sobre o Nível Adequado das Alíquotas Contributivas do RGPS. Informações fipe, Novembro, 2022, p. 25. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif506.pdf> Acesso em: 19 jan. 2025.

ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine; CIFUENTES, Ricardo. **Microempreendedor Individual (MEI):** Evolução da legislação, revisão da literatura e temas para o debate. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, fevereiro de 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13021/1/TD_2971_web.pdf Acesso em: 19 jan. 2025.

ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine; FERNANDES, Alexandre Zioli. **Análise descritiva das políticas públicas de inclusão previdenciária dos trabalhadores autônomos:** O plano simplificado de previdência social e o microempreendedor individual. Texto para Discussão, No. 2546, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Mar. 2020, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/240741/1/td-2546.pdf> Acesso em: 19 jan. 2025.

ANSILIERO, Graziela; RANGEL, Leonardo Alves; SILVA FILHO, Geraldo Andrade da; VAZ, Fabio Monteiro. **Previdência Social.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11824/4/BPS_n30_Previd%C3%A2ncia_Social.pdf Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128**, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de julho de 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-republicacaoatualizada-27086-pl.html> Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. **Mapa de Empresas: Boletim 1º Quadrimestre de 2024.** Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-1o-quadrimestre-2024.pdf> Acesso em: 26 jan. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar n.º 71, de 2024.** Apresentado por Clodoaldo Magalhães na Câmara dos Deputados em 30 abr. 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2419531&filename=Avulso%20PLP%2071/2024 Acesso em: 20 out. 2025.

BRITTO, Vinícius. **Em 2022, Brasil tinha 14,6 milhões de microempreendedores individuais.** IBGE. Agência de Notícias, 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41046-em-2022-brasil-tinha-14-6-milhoes-de-microempreendedores-individuais>> Acesso em: 25 mai. 2025.

BUTIGNON, Rosemeire L. **MEI - como formalizar e gerenciar empresas.** Rio de Janeiro: Expressa, 2021. E-book. p. 49. ISBN 9786558110316. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558110316/> Acesso em: 23 out. 2024.

CAVALCANTE, Geisiane Nunes; OLIVEIRA, Elis Regina de; SANTOS, Geovane Camilo dos; GONÇALVES, Roberto Ribeiro; ARAÚJO, Ruzell Nogueira de. **O impacto do microempreendedor individual (MEI) na arrecadação do regime geral da previdência social (RGPS).** RAGC, 18 set. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2181> Acesso em: 23 jan. 2025.

CORREIA, Francisco Neto Pires; CORRÊA, Denise Maria Moreira Chagas. **Impactos previdenciários na formalização do microempreendedor individual.** Volume 2, n. 16, 2018. Revista Extensão em ação. Disponível em: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n16.33577> Acesso em: 20 out. 2024.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Impactos do Microempreendedor Individual (MEI) no equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social.** Observatório de Política Fiscal, FGV IBRE, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/reformas/previdencia/impactos-do-microempreendedor-individual-mei-no-equilibrio-financeiro-e>. Acesso em: 04 out. 2025.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Os Desequilíbrios Financeiros do Microempreendedor Individual (MEI).** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8327/1/cc_38_nt_desequilibrio_financeiro_MEI.pdf Acesso em: 23 out. 2024.

COSTANZI, Rogério Nagamine; MAGALHÃES, Mário. **A Evolução do Microempreendedor Individual (MEI) e os Impactos no Financiamento da Previdência Social e no Mercado Formal de Trabalho.** Informações fipe, 2023. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif510-15-24.pdf> Acesso em: 23 out. 2024.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (eds). **The Sage handbook of qualitative research.** 5 ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

GARCEZ, Isaias De Oliveira. **Microempreendedor individual no regime geral de previdência social: uma análise de dados utilizando self-service business intelligence.** 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37148/1/2018_tcc_iogarcez.pdf Acesso em: 21 out. 2024.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.15. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/> Acesso em: 02 dez. 2024.

GLOBAL Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil - Relatório Executivo 2022**. Data Sebrae, 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/05/GEM-BR-2022-2023-Relatorio-Executivo-v7-REVISTO-mai-23.pdf> Acesso em: 21 out. 2024.

GLOBAL Entrepreneurship Monitor. **Pesquisa “Global Entrepreneurship Monitor” (GEM 2022)**. Data Sebrae, 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Apresentacao-PPT-GEM-BR-2022-FINAL.pdf> Acesso em: 21 out. 2024.

IBGE. Agência de Notícias. **Em 2023, expectativa de vida chega aos 76,4 anos e supera patamar pré-pandemia**. Rio de Janeiro, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41984-em-2023-expectativa-de-vida-chega-aos-76-4-anos-e-supera-patamar-pre-pandemia>. Acesso em: 26 set. 2025.

IBGE. **Estatísticas dos cadastros de microempreendedores individuais**. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102109> Acesso em: 22 out. 2024.

IBGE. **Plano Tabular 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/38014-estatisticas-dos-cadastros-de-microempreendedores-individuais.html?=&t=downloads> Acesso em: 21 out. 2024.

IBGE. **PNAD Contínua Trimestral: em 2023, taxa anual de desocupação cai em 26 UFs**. Agência de notícias IBGE, 16 fev. 2024, 16:30. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39206-pnad-continua-trimestral-em-2023-taxa-anual-de-desocupacao-cai-em-26-ufs#:~:text=Entre%202022%20e%202023%2C%20a,Paulo%20\(31%2C5%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39206-pnad-continua-trimestral-em-2023-taxa-anual-de-desocupacao-cai-em-26-ufs#:~:text=Entre%202022%20e%202023%2C%20a,Paulo%20(31%2C5%25)) Acesso em: 21 out. 2024.

IBGE. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil**. PNAD Contínua. 2012-2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102109> Acesso em: 22 out. 2024.

IPEA. **O que é seguridade social**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/164-beficiometro-projeto/14038-o-que-e-a-seguridade-social> Acesso em: 19 jan. 2025.

MINISTÉRIO da previdência social – MPS. **Informe de Previdência Social - Abril 2023**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/informes-de-previdencia-social/2023/informe-de-previdencia-social-abril-2023.pdf> Acesso em: 26 jan. 2025.

MINISTÉRIO da previdência social – MPS. **Painéis Estatísticos**. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/paineis-estatisticos> Acesso em: 26 jan. 2025.

MINISTÉRIO da previdência social – MPS. **Panorama da Previdência: Informações Financeiras e Estatísticas dos Segurados**. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/paineis-estatisticos/panorama-da-previdencia/informacoes-financeiras-e-estatisticas-dos-segurados> Acesso em: 26 jan. 2025.

MORAIS, Adriana Santos; BORGES, Débora Martins Simões; GAMA JUNIOR, Marco Aurelio Rosa da; ZUCOLOTO, Anderson de Freitas. **Microempreendedores individuais: contribuição visando os benefícios da previdência social**. 2023. 22 páginas. Artigo – Faculdade Multivix Vila Velha. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2024/06/revista-espaco-multiacademico-v04-n01-artigo05.pdf> Acesso em: 20 out. 2024.

PORTAL do simples. **Estatísticas Simples Nacional**. Disponível em: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/ConteudoApoio/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx> Acesso em: 14 jan. 2025.

SEBRAE. **MEI: 8 a cada 10 têm o empreendedorismo como única fonte de renda**. 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/dados/mei-8-a-cada-10-tem-o-empreendedorismo-como-unica-fonte-de-renda/#:~:text=Ag%C3%A2ncia%20Sebrae%20de%20Not%C3%ADcias,-Voc%C3%AA%20est%C3%A1%20na&text=Al%C3%A9m%20desse%20p%C3%BAblico%20corresponder%20a,familiar%20%C3%A9%20proveniente%20desse%20trabalho.> Acesso em: 26 jan. de 2025.

SEBRAE. **O perfil do MEI no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-perfil-do-mei-no-brasil,939b4c36e25f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=33%25%20estavam%20na%20informalidade%20antes,R%24%201.375%2C00%20mensais> Acesso em: 12 jan. 2025.

SEBRAE. **O que você precisa saber sobre a aposentadoria do MEI**. 25 de Jul. de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-aposentadoria-do-mei#:~:text=A%20porcentagem%20de%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20do,de%205%25%20do%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo.> Acesso em: 25 out. 2024.

SEBRAE. **VANTAGENS e benefícios de se formalizar como MEI**. 23 de mai. de 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/vantagens-e-beneficios-de-se-formalizar-como-mei,5939f4224ce28810VgnVCM1000001b00320aRCRD> Acesso em: 12 jan. 2025.

SOUSA, Emanuelle Mota Torre de; CARVALHO, Helder Araujo de. **Microempreendedor Individual: Por Que Formalizar?** v. 4, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/210/316> Acesso em: 22 out. 2024.

VALENTE, Fernanda. **Plenário reafirma impossibilidade de desaposentação e reaposentação**; decisão não retroage. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/escola/modulos/noticias/413250>. Acesso em: 20 out. 2025.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

L. G. NICOLADELLI, B. STRÜCKER. Análise do Tratamento Diferenciado do MEI na Previdência Social Brasileira. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 4, art. 4, p. 79-102, abr. 2026.

Contribuição dos Autores	L. G. Nicoladelli	B. Strücker
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X